



ADITIVO 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº086 /2020.

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL – RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, por seu representante legal, **FERNANDO DA ROSA PAHIM**, portador do CPF nº 000.109.510-24, abaixo firmado, pelo presente instrumento CONTRATA com a Empresa **GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA**, CNPJ: 89.237.911/0289-08, com sede na Rod. Gov. Mário Covas nº 10600, Cariacica – ES, CEP: 29.147-030, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Vinicius da Silva, portador do CPF nº. 839.250.900-53 e RG nº 8099503578., o fornecimento os bens especificados neste documento, nas condições do edital do Pregão Eletrônico nº 12/2020 e seus anexos , para REGISTRO DE PREÇOS realizado conforme a Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo decreto Municipal nº 103/2006 e nº 037/2020, comprometendo-se as partes pelas obrigações de fornecimento e pagamento consignadas neste documento, que servirá de instrumento contratual para os fins de lei.

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, especificados na CLAUSULA QUARTA e conforme o Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 12/2020, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

Item	Objeto	De	Valor.	Para	Valor Aditivo 1
1	MICROCOMPUTADOR CORPORATIVO		4.976,00		5.574,701

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1. Todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não colidirem com os termos do presente aditivo, são ratificadas, continuando a vigorar como originalmente aceitas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais.

São Vicente do Sul, 07 de maio de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Este aditivo de contrato foi examinado e aprovado em 07/05/2021 pelo setor jurídico municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.